

# Estados poderão ter mais crédito

13 OUT 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

Alan Marques

São Paulo poderá obter um empréstimo emergencial de cerca de R\$ 30 milhões do Governo Federal. Os recursos virão de uma nova linha de crédito a ser criada para os estados, utilizando parte dos depósitos compulsórios do Banco Central. Técnicos do Ministério da Fazenda davam ontem os últimos retoques na proposta, que ainda será submetida ao presidente Fernando Henrique Cardoso antes de ser apresentada aos governadores e ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator do projeto de resolução que trata do endividamento dos estados, amanhã. O maior problema de São Paulo, a dívida mobiliária (em títulos), no entanto, continuará sem solução. "Essa questão ficou para uma segunda etapa", informou um técnico.

Os estados mais pobres serão os mais beneficiados com os novos empréstimos. A idéia dos técnicos é que o Governo conceda empréstimos em quotas de valor equivalente às do Fundo de Participação dos Estados (FPE). São Paulo recebe a menor quota do País, em torno de R\$ 10 milhões ao mês. O FPE é calculado com base na renda e na população do estado, de maneira que as unidades da federação mais pobres recebem mais recursos. Os R\$ 30 milhões a serem emprestados para São Paulo não pagam nem 3% da folha de pessoal de um mês.

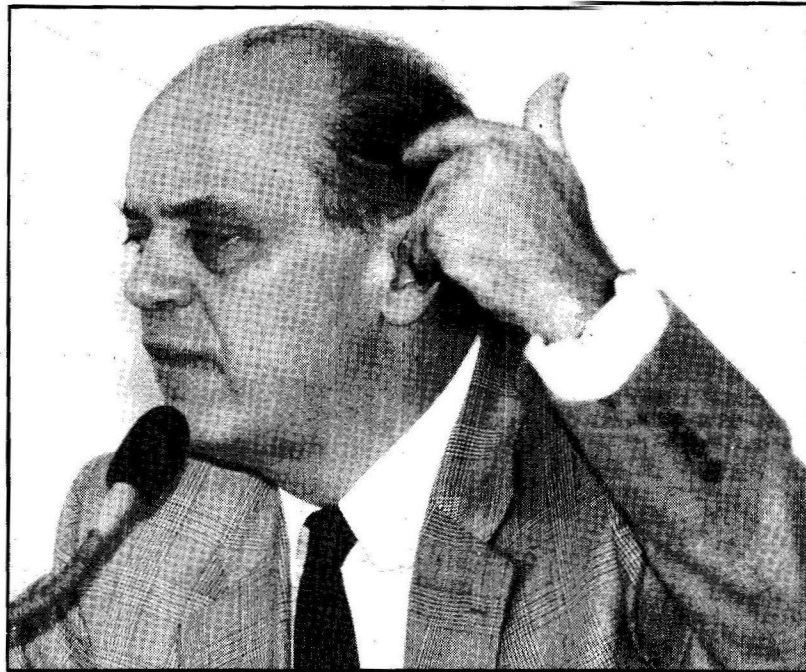
Cada estado poderá tomar emprestado entre uma e três quotas. No entanto, quanto maior o número de quotas, maiores as exigências feitas pelo Ministério da Fazenda em termos de enxugamento de despesas. Os técnicos estão trabalhando num cardápio de metas de economia a serem cumpridas por estados que tomarem duas quotas emprestadas e num outro conjunto, mais rígido, para os que quiserem três quotas. Para os que tomarem apenas uma quota, não haverá me-

tas. No entanto, em qualquer caso, a Fazenda exigirá, como garantia para conceder os empréstimos, a arrecadação própria de impostos dos estados ou os repasses dos Fundos de Participação.

**Segunda** — Esse novo empréstimo emergencial é a segunda ajuda que o Governo Federal concede aos estados endividados. A primeira foram os empréstimos da Caixa Econômica Federal (CEF) para Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Piauí pagarem suas contas. A nova linha de crédito, no entanto, terá prazos mais longos do que os empréstimos da CEF. Os detalhes ainda estão sendo definidos. Houve resistência por parte da equipe econômica a essa solução, pois ela trará um aumento indesejável da base monetária.

A dívida mobiliária, que é o grande drama de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, continua sem perspectiva de solução a curto prazo. Na visão dos técnicos da Fazenda, os próprios estados estão "empurrando com a barriga", porque, embora a dívida aumente astronomicamente por causa da política de juros do Governo Federal, os estados têm pago apenas 2% do total da dívida. Os estados reivindicam perdão de pelo menos parte dos juros cobrados neste ano que, só em São Paulo, representam R\$ 4 bilhões.

Outras soluções de longo prazo estão sendo encaminhadas. O senador Carlos Bezerra pretende propor duas emendas à Constituição para reduzir gastos dos estados, principalmente em anos eleitorais. Numa delas, ele propõe que o estado conceda aumentos salariais extraordinários e revisão dos valores dos contratos em andamento em anos eleitorais. Em outra, Bezerra fixa tetos de participação do Judiciário e do Legislativo no Orçamento.



Serra: País está preparado para enfrentar crise no continente